

CLIPPING IMPRESSO

05/11/2022



INDICE

1. JORNAL O PROGRESSO	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	3 - 4
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. ANIVERSÁRIO DO TJMA.....	5 - 8
2.2. ESMAM.....	9 - 10

Tribunal de Justiça concede Medalha do Mérito Judiciário a Edmilson Sanches

Em solenidade realizada nesta sexta-feira, 4, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA) concedeu a “Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo” ao jornalista, administrador e escritor Edmilson Sanches. O nome do jornalista teve aprovação unânime por parte do Tribunal.

A solenidade de outorga da Medalha ocorreu na Sala das Sessões Plenárias do Palácio da Justiça “Clóvis Bevilacqua”, situada na Praça Dom Pedro II, s/nº, em São Luís. A medalha e o diploma foram entregues pelos desembargadores Jamil de Miranda Gedeon Neto e Lourival de Jesus Serejo Sousa, ex-presidentes do Tribunal, em evento com auditório lotado, com comparecimento de outros homenageados e autoridades do mundo judiciário federal e estadual, educadores, políticos, empresários, profissionais de Imprensa, entre outros..

O comunicado da concessão da honraria ao jornalista Edmilson Sanches foi feito pelo presidente do TJ-MA, Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, em ofício de 7 de outubro deste ano. No documento, o presidente do TJ comunica que, “por indicação do desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, o Órgão Especial desta Corte aprovou, na 4ª Sessão Administrativa Ordinária do dia 5 de outubro de 2022, por unanimidade, conceder-lhe a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo”. O desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto foi Promotor de Justiça nas Comarcas de Balsas, Colinas, São Domingos, Timon, Imperatriz e São Luís. Foi Procurador-Geral da Justiça em 1994. Eleito Desembargador em 1997, foi Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil, duas vezes Corregedor Regional Eleitoral do Maranhão, Presidente do Tribunal de Justiça e em 2011 assumiu interinamente o Governo do Maranhão.

Edmilson Sanches é jornalista, administrador, consultor, palestrante e editor. Formado em Administração Pública, Letras e Contabilidade (técnico). Tem pós-graduação e aperfeiçoamento em Administração e Negócios (Fortaleza), Administração Pública (Brasília), Comunicação e Desenvolvimento Regional (São Paulo). Ex-secretário municipal de Desenvolvimento Integrado, secretário de Comunica-

ção e Cultura e subsecretário de Governo e Projetos Estratégicos. Foi diretor de Faculdade e professor de Jornalismo, Gestão Pública e Polícia Cidadã (UEMA), Desenvolvimento (FETAEMA), treinamentos e palestras (SENAC, SEBRAE, ACIs/CDLs, Rotary, Exército Brasileiro, Polícia Militar, universidades, academias, escolas, associações de moradores etc.). Presidente de Honra de Conselho Municipal de Educação de Imperatriz e Mérito Educacional pela Secretaria de Educação de Caxias. Este ano recebeu a Medalha Graça Aranha, da Academia Maranhense de Letras. É Membro do Conselho Regional de Administração, Conselho Regional de Contabilidade, Academia Maranhense de Ciências, Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Instituto Histórico e Geográfico de Caxias e de Academias de Letras do Maranhão, Pará, Espírito Santo e São Paulo. Autor da “Enciclopédia de Imperatriz” e de dezenas de livros nas áreas de Administração, Comunicação, Desenvolvimento, História e Literatura (veja alguns em www.edmilson-sanches.webnode.page).

Em 2008, Edmilson Sanches foi o vereador mais votado de Imperatriz (MA) e, no exercício do cargo, foi autor de diversas Leis, projetos, indicações e outras proposições. Entre as leis aprovadas e sancionadas pelo Poder Executivo, estão o “Programa de Aquisição e Distribuição de Alimentos para Famílias Carentes de Imperatriz (PRA-FAMÍLIA)”, “Semana Impe-

ratrizense da Mulher”, “Dia Imperatrizense de Conscientização da Cardiopatia Congênita”, “Dia do Livro Imperatrizense”, Lei que obriga a realização do exame de oximetria de pulso (“teste do coraçãozinho”) em todos os recém-nascidos em berçários, clínicas, maternidades, hospitais e outros estabelecimentos médico-hospitalares e de saúde de Imperatriz, Projeto que regulamenta a organização da área urbana do município em bairros, cumprimento do plantão de farmácias, Lei sobre o acesso de crianças e adolescentes a estabelecimentos de locação de computadores para jogos e/ou acesso à rede mundial de computadores, decreto de criação do acervo legal, bibliográfico e histórico da Câmara Municipal de Imperatriz, Projeto de criação do Banco de Medicamentos e Equipamentos Médico-Hospitalares de Imperatriz, Projeto que estabelece a obrigação de exposição dos direitos do paciente em estabelecimentos de saúde e ambientes congêneres de Imperatriz, Lei que oficializou o nome do Estádio Municipal Frei Epifânio da Badia, Resoluções de criação da Comissão Perma-

nente de Legislação Participativa e seu regimento interno, além de dezenas de outras propostas. Visando à economia de recursos, uniformidade de uso irregular de imagens e palavras pelos prefeitos, Sanches foi autor de proposta de emenda à Lei Orgânica, onde ficava estabelecido que “O brasão do Município de Imperatriz é o símbolo oficial e único de identificação em imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, próprios ou não, peças de vestuário, inclusive fardamento, placas, carimbos, papéis e outros materiais de expediente, formulários físicos e digitais, propaganda e publicidade, proibido o uso de marca, logomarca, símbolo, frase e de todo elemento vocabular, sonoro ou de imagem que caracterize mandato ou administração em qualquer órgão e em toda a estrutura dos Poderes Legislativo e Executivo do Município de Imperatriz”. *(Assessoria)*



Fotos: Divulgação

Edmilson Sanches e a homenagem do Tribunal de Justiça do Maranhão

UMF/TJMA e DMF/CNJ discutem avanços da Central de Vagas Prisionais

Em reunião nesta quinta-feira (3), a Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), por meio do coordenador-geral, desembargador Ronaldo Maciel, e dos juízes coordenadores Douglas de Melo Martins e José dos Santos Costa, reuniram-se com o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), juiz Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi; o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho; a juíza auxiliar da Presidência do CNJ, Karen Luise Vilanova, e demais membros do Grupo de Trabalho criado para discutir a implantação da Central de Regulação de Vagas Prisionais como projeto-piloto no estado do Maranhão.

O Maranhão foi o primeiro estado do país a formalizar a parceria institucional para criação da primeira Central de Regulação de Vagas Prisionais do Brasil, por meio de Termo de Cooperação Técnica firmado em julho deste ano. A Central de Regulação de Vagas opera a partir de uma abordagem sistêmica, que compre-

de medidas que incidem da porta de entrada à porta de saída do sistema penitenciário, conjugando esforços dos juízes com atribuição para a realização da audiência de custódia e processamento de inquéritos policiais, dos juízes competentes para as fases de conhecimento, recursal e de execução da pena.

Na ocasião, foi apresentado pelo coordenador executivo da UMF, Miguel Moyses, o plano de trabalho desenvolvido pela UMF/TJMA para dar continuidade à implementação da Central de Vagas, e da minuta de Resolução Conjunta que vai regulamentar os fluxos da central.

O desembargador Ronaldo Maciel apresentou informações sobre a construção do modelo no Maranhão, por meio da integração com as demais instituições públicas, sociedade civil, juízes e juízas, considerando a realidade local, que apresenta uma taxa de ocupação de 97%, redução do número de presos provisórios com julgamento dos processos, e uma atuação do Executivo e Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP). “O objetivo é ouvir os parceiros e integrantes do grupo de trabalho, a Central de Regulação de Vagas já

está em funcionamento, mas estamos abertos a discussão, para sugestões do Conselho Nacional de Justiça e das demais instituições”, informou.

O coordenador do DMF/CNJ, juiz Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi, pontuou que essa é a primeira missão oficial do DMF sob a gestão da ministra Rosa Weber, atual presidente do CNJ, tendo sido escolhido o Maranhão para receber o projeto-piloto porque possui as condições ideais para ser uma referência nacional e internacional na gestão de vagas. “O arranjo do Maranhão se dá a partir das peculiaridades, fórmula que vai dar certo em qualquer outro lugar com as devidas modulações, realizamos um projeto para o país, com a lente do Maranhão”, observou.

O magistrado observou ainda que o interesse da ministra Rosa Weber pelos resultados da Central de Vagas, aceleração dos julgamentos e solução da situação de presos provisórios, estimulando a inovação e identidade das pautas da justiça conforme a Constituição Federal, leis e tratados internacionais. “É um momento histórico e o CNJ está nessa construção coletiva com instituições e sociedade, na busca de uma sociedade me-

lhor e segurança pública realmente qualificada”, frisou.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, ressaltou que a Central de Vagas representa mais um etapa no trabalho e esforço do Maranhão ao longo dos anos, com a efetivação de uma rede entre o Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, SEAP, advogados e sociedade civil. “É um trabalho que envolve todos os atores, que vai da porta de entrada até a porta de saída do sistema prisional, para reduzir a reincidência, preservando direitos e oferecendo um caminho para que não retorne ao cometimento de crimes”, avaliou.

A juíza auxiliar da Presidência do CNJ, Karen Luise Vilanova, ressaltou que o projeto representa muito para o estado brasileiro e para o mundo, da maneira que se desenvolve com a atuação da UMF, dos escritórios sociais e outras iniciativas que poderão ser coroadas com a Central de Regulação, representando um grande ganho para o país a execução penal conforme o que determina a legislação. “O momento é único, histórico e grandioso, viemos nos colo-

car à disposição para estar juntos no projeto, colaborar e trazer as intervenções para levar à ministra o quanto pode representar efetivamente para os direitos humanos”, pontuou.

O juiz coordenador da UMF Douglas de Melo Martins frisou o alinhamento entre as instituições públicas na implantação do projeto, com o estabelecimento de prioridades para melhoria do sistema e implementação de políticas públicas, no lugar de priorizar o investimento para aumentar presídios, viaturas e vagas prisionais. “Temos o dever de não falhar na implantação da Central, um dos maiores problemas é achar que precisamos prender mais pessoas para melhorar a segurança, com a regulação das vagas a criminalidade irá reduzir, temos um desafio e por isso é tão importante a presença do CNJ para ajudar nesse projeto”, concluiu.

A reunião contou com a participação do presidente da

Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Holidice Cantanhede; das juízas Marcela Santana Lobo, titular da 3ª Vara Criminal de Caxias; Manuela Faria Ribeiro, titular da Central de Inquéritos e Custódia; dos juízes Milvan Gedeon Gomes, auxiliar da Central de Inquéritos e Custódia; José Jorge Figueiredo dos Anjos Junior, diretor de Secretaria da CGJ; Rommel Cruz Viegas, titular da 1ª VEP; e Marco André Teixeira, respondendo pela 2ª VEP; do secretário-adjunto da SEAP Fredson Maciel; do defensor público Paulo Roberto da Costa; da coordenadora do Eixo 1 do Programa Fazendo Justiça - CNJ/PNUD, Janaína Homerin; da coordenadora do Programa Fazendo Justiça no Maranhão, Cláudia Gouveia; da analista de Regulação de Vagas – Maranhão, Julia Faustina Abad; e do representante da SMDH, Wallisson Ribeiro. *(Agência TJMA de Notícias)*



Othelino Neto prestigia solenidade especial em comemoração aos 209 anos do Tribunal de Justiça do MA

DIVULGAÇÃO

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), prestigiou, nesta sexta-feira (4), a solenidade especial em comemoração aos 209 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A cerimônia, conduzida pelo presidente da Corte, desembargador Paulo Velten, aconteceu na Sala das Sessões Plenárias, no Palácio Clóvis Beviláqua.

“Cumprimento todos os servidores do TJMA, em especial o presidente Paulo Velten. Ao mesmo tempo, reforço a relação de independência e harmonia mantida entre os Poderes Legislativo e Judiciário, conforme determina a nossa Constituição”, ressaltou Othelino Neto.

A celebração foi marcada por homenagens a magistrados, magistradas, juristas e autoridades em reconhecimento aos bons serviços prestados à Justiça e à sociedade maranhense.

Em seu pronunciamento, o presidente da Corte de Justiça maranhense, Paulo Velten, enalteceu o trabalho desenvolvido pelo Judiciário. “É um momento que deve ser comemorado por todos nós que construímos uma



O deputado Othelino Neto prestigia solenidade especial em comemoração aos 209 anos do TJMA

sociedade justa, fraterna e solidária. Temos compromisso com os valores democráticos e precisamos continuar trabalhando para honrar o Judiciário maranhense e colocá-lo em um novo patamar, à altura dos desafios do século XXI”, disse o desembargador. Os deputados estaduais César Pires e Helena Duailibe, assim como a presidente do

Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, foram homenageados com a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo. “Agradeço ao Tribunal por esta importante honraria concedida a mim, nesta data tão especial que marca a história de mais um capítulo da Corte de Justiça maranhense. O TJMA se

destaca não apenas por ser a terceira mais antiga Corte do Brasil, mas, principalmente, por sua competência para a preservação dos direitos”, enfatizou César Pires. Outras duas comendas foram entregues aos homenageados: a Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima e a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes.



Conselheiro federal da OAB, Thiago Diaz; professora Glória Aquino; promotora Cristiane Lago; advogado Sérgio Tamer; jornalista Lourival Bogéa e o advogado José Bispo Serejo

Sérgio Tamer é agraciado com Medalha Antonio Rodrigues Vellozo

O advogado e professor Sérgio Tamer foi agraciado, nessa sexta-feira (4), com a Medalha Antônio Rodrigues Vellozo, durante solenidade em comemoração aos 209 anos de com fundação do Tribunal de Justiça do Maranhão. Foram também concedidas as medalhas “Cândido Mendes” e “Bento

Moreira Lima”. Coube ao advogado e professor Sérgio Tamer a Medalha do Mérito Judiciário “Antônio Rodrigues Vellozo”. Comandada pelo presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, a solenidade contou com a presença dos desembargadores do tribunal, juízes e familiares.

Na mesa dos trabalhos, destaque para a ministra Maria Thereza, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que fez uma saudação em nome de todos os homenageados. Presentes também o ex-presidente José Sarney e o presidente da OAB-MA, Kaio Victor Saraiva.

Comandante da PMMA recebe Medalha do Mérito Judiciário na solenidade dos 209 anos do TJMA

O comandante geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel Emerson Bezerra, recebeu, nessa sexta-feira (4), a medalha do Mérito Judiciário “Antônio Rodrigues Vellozo”, durante a solenidade em comemoração aos 209 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Criada pela Lei 2.814, de 4 de dezembro de 1967, em homenagem ao primeiro chanceler do Tribunal da Relação de São Luís, a honraria é concedida a personalidades de “comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, constatados pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Poder Judiciário do Maranhão”. “Fico muito honrado de ser agraciado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. Acredito que a homenagem é fruto do reconhecimento pela dedicação e empenho



O coronel Emerson recebeu a medalha das mãos do desembargador Sebastião Bonfim, que também foi homenageado, entre as autoridades do Judiciário

em prestar o melhor serviço possível à Justiça e à sociedade maranhense”, disse Emerson Bezerra.

A solenidade foi presidida pelo desembargador Paulo Vélten, presidente do TJMA, e contou com a presença, dentre outras autoridades, da presidente do

Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura; do secretário-chefe da Casa Civil, Sebastião Madeira, representando o governador Carlos Brandão; do presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto; e do ex-presidente José Sarney.

Edilson Baldez é homenageado durante a comemoração dos 209 anos do Tribunal de Justiça

O presidente da Federação das Indústrias do Maranhão (Fiema), Edilson Baldez das Neves, foi homenageado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) com a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo, por indicação do desembargador José Gonçalo Filho, na manhã desta sexta-feira (4), em comemoração aos 209 anos do Tribunal. A solenidade especial homenageou personalidades pelos bons serviços prestados à Justiça e à cidadania. O Tribunal de Justiça do Maranhão é a terceira Corte mais antiga do Brasil e contou, nesta comemoração, com a participação da presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, que foi uma das agraciadas com a Medalha. A solenidade de entrega foi conduzida pelo então presidente da Corte,



O presidente da Fiema foi condecorado com a medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo

desembargador Paulo Velten. Criada pela Lei 2.814/1967 e regulamentada pela Resolução N° 4/1999, a Medalha do

Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo cultua a memória do primeiro chanceler do Tribunal das Relações de

São Luís, sendo concedida a personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça.

Judicialização do acesso à saúde é discutida em evento do Tribunal de Justiça do Estado

Garantir o acesso aos serviços de saúde pública e suplementar com base em critérios técnicos, políticas públicas e jurisprudências atualizadas é uma das questões que está sendo debatida pelo Judiciário maranhense no II Seminário de Saúde Pública e Suplementar, promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, Comitê Estadual de Saúde e Escola Superior da Magistratura. O evento foi aberto na quinta-feira (3), na Associação dos Magistrados, com transmissão ao vivo pelo canal da ESMAM no YouTube.

PÁG.5



O conselheiro do CNJ, Richard Paulro Pae Kim, discursou na abertura no II Seminário de Saúde Pública e Suplementar

Judicialização do acesso à saúde é discutida em evento do Tribunal de Justiça do Maranhão

Judiciário defende a adoção de critérios técnicos, políticas públicas e jurisprudências atualizadas nas decisões judiciais

DIVULGAÇÃO

Garantir o acesso aos serviços de saúde pública e suplementar com base em critérios técnicos, políticas públicas e jurisprudências atualizadas é uma das questões que está sendo debatida pelo Judiciário maranhense no II Seminário de Saúde Pública e Suplementar, promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, Comitê Estadual de Saúde e Escola Superior da Magistratura (ESMAM). O evento foi aberto na quinta-feira (3), na Associação dos Magistrados (AMMA), com transmissão ao vivo pelo canal da ESMAM no YouTube.

Na abertura, o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça Richard Paulo Pae Kim ressaltou o papel do CNJ na definição das políticas públicas sobre a judicialização da saúde. “Paralelamente a todas as ações que estamos implantando para superar a judicialização do setor, temos de continuar nossos investimentos na mediação e na conciliação para evitar o ingresso de novas ações judiciais, trabalhando na fase pré-processual”, enfatizou.

Supervisor do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (FONAJUS), Pae Kim destacou ações desenvolvidas pelo Fórum, como a expansão e melhorias do Banco Nacional de Pareceres (e-NatJus) - banco de dados nacional que abriga pareceres técnico-científicos e notas técnicas para auxiliar juízes e juízas na tomada de decisão em processos que envolvem a judicialização da saúde. “Está sendo discutida a possibilidade de ampliação do sistema E-NatJus, para levar aos juízes informações sobre saúde digital. A proposta prevê incluir novos pareceres e adicionar contatos de profissionais de saúde e cursos, entre outros recursos”, salientou.

CRITÉRIOS TÉCNICOS

O conselheiro enfatizou a necessidade do Judiciário atuar com base em dados seguros e disse que está prevista a renovação do projeto desenvolvido pelo Hospital Sírio Libanês, que visa qualificar e racionalizar a judicialização da saúde no Brasil. Por meio do Termo de Cooperação nº 042/2020, celebrado entre o CNJ e o Ministério da Saúde, o hospital tem atuado para capacitar os profissionais dos NATJUS com cursos presenciais e à distância, atender às demandas oriundas do CNJ e dos Comitês Estaduais da Saúde para a elaboração de pareceres técnico-científicos sobre novos fármacos e procedimentos e também disponibilizar aos



O conselheiro do CNJ, Richard Paulo Pae Kim, discursou na abertura no II Seminário de Saúde Pública e Suplementar

núcleos, quando solicitado, tutoria prestada pelos Núcleos de Excelência na área da medicina.

Para o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten Pereira, em matéria de saúde, o Judiciário tem que estar atento, dialogando com todos os atores do processo – médicos, administradores e gestores públicos -, baseando-se, sobretudo, no conhecimento técnico. “É necessário discutir e considerar as mais variadas experiências, sem se descuidar das jurisprudências e orientações do CNJ”, frisou.

Na opinião do desembargador Jamil Gedeon, presidente do Comitê Estadual de Saúde do Maranhão, os magistrados e magistradas, enquanto componentes do sistema de justiça, são responsáveis também pela saúde da população. “É para contribuir com essa missão, que esse seminário está sendo realizado, sob um recorte epistemológico deveras oportuno, com uma temática abrangente: temas sensíveis, imprescindibilidade da ciência e jurisprudência atual”, disse. O diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, enfatizou que a saúde é um tema transversal, que perpassa pelo direito propriamente dito, pela gestão administrativa, pela técnica científica médica e farmacêutica, dentre outros pontos relevantes.

“Nesse seminário, buscaremos

compreender os pontos de vista dos diversos personagens envolvidos sempre tomando como ponto de partida os direitos fundamentais dos indivíduos com enfermidades, sem olvidar das políticas pública e suplementar de saúde que atingem a coletividade”, finalizou o magistrado, responsável pela instalação da Vara de Saúde, criação do NATJUS e do CEJUSC de Saúde em São Luís.

Durante a programação, que se estenderá até esta sexta-feira (4), palestrantes de alta qualidade técnica e vivência profissional abordarão matérias que vão da Prescrição off label ao SUS; do NATJUS nacional e estadual aos desafios da gestão do SUS em hospitais de alta complexidade, perpassando pela análise da judicialização da saúde sob as lentes dos tribunais superiores.

Também estiveram na abertura, o corregedor-geral de Justiça, desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho; o coordenador do Comitê Estadual de Saúde de Goiás e Supervisor do NATJUS, juiz Eduardo Perez de Oliveira; a supervisora do NATJUS do TJMA, juíza Laysa Paz Mendes; o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia; o presidente da AMMA, juiz Holídice Barros; representantes e gestores de órgãos de saúde pública e estabelecimentos de saúde privada, além de desembargadores(as) e juízes(as) do TJMA.